

Política Anual de Investimentos 2019

Diário Oficial do Município
Recebido em: 14/11/18
Publicado em: 19/11/18
Diário nº 2235
Juliano Barroso Formig
Diretor Adm. e Financeira
Dec. 026/18 Cab. Pref.

Sumário

1	Introdução.....	3
2	Objetivos.....	3
3	Da Gestão.....	3
3.1	Objetivo.....	4
3.2	Modelo.....	4
3.3	Dos Recursos Garantidores.....	4
3.4	Acompanhamento / Relatórios.....	5
3.5	Diretrizes.....	5
3.6	Gerenciamento de Riscos.....	7
4	Limites Legais (Resolução CMN nº 3.922/2010).....	8
4.1	Segmento de Renda Fixa.....	8
4.2	Segmento de Renda Variável.....	8
5	Cenário Macroeconômico.....	9
6	Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários.....	16
6.1	Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa.....	16
6.2	Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável.....	17
7	Responsável pela Gestão de Recursos.....	17
8	Disposições Gerais.....	17

1 Introdução

Em cumprimento ao disposto nos art. 4º da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, c/c com o art. 1º da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e considerando a publicação da Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, que altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, o RPPS do Município de Humaitá-AM apresenta sua Política Anual de Investimentos – PAI para o ano de 2019, devidamente aprovada pelos órgãos superiores de supervisão e deliberação, conforme prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/10.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política Anual de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A construção da Política Anual de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

2 Objetivos

O objetivo da Política Anual de Investimentos PAI, é estabelecer as diretrizes relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Humaitá-AM, levando-se em consideração os princípios da boa **governança e legalidade**, além das condições de **segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência**.

A Política Anual de Investimentos, constitui um instrumento que visa proporcionar melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável e imóveis), quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno, os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos com especial ênfase no médio e longo prazos.

3 Da Gestão

Como forma de cumprir a Política Anual de Investimentos, no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores, a Diretoria Executiva do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Humaitá-AM, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- Projeções do fluxo de caixa;
- Tendências e comportamento das taxas de juros;
- Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo;
- Níveis de exposição ao risco dos ativos;
- Boa governança e transparência nas decisões de alocação.

OBS: O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, ser formalmente designado para a função por ato da autoridade competente, e ainda, nos RPPS que possuam patrimônio superior a R\$ 5 milhões, ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma reconhecida pelo mercado de capitais brasileiro. (Portaria MPS nº 519/2011, art. 2º e parágrafos e art. 6º e parágrafos).

3.1 Objetivo

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2019, na busca da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 6% (seis por cento), acrescido da variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados e a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

3.2 Modelo

De acordo com o art. 15º da Resolução CMN 3.922/2010, o RPPS do Município de Humaitá-AM adota para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS, a gestão por entidade autorizada e credenciada, de instituição financeira nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras.

OBS.: As pessoas naturais contratadas pelas pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimento em valores mobiliários, em caráter profissional, com a finalidade de produzir recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento, deverão estar registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

3.3 Dos Recursos Garantidores

Na escolha das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, deverão ser observados os critérios e limitações estabelecidos no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, bem como o disposto na Resolução CVM nº 3922/2010 e na Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, dentre os quais:

- Prévio credenciamento da Instituição escolhida para receber as aplicações tendo esta que ser atualizada a cada 6 meses (*);
- Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
- Regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários da entidade escolhida para prestação de serviços de consultorias financeiras;
- Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil e/ou à Comissão de Valores Mobiliários que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;

- Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
- Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
- Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
- Verificação da existência de segregação de atividades (*Chinese Wall*) entre controlador e administradora de recursos de terceiros;
- Compatibilidade com obrigações presentes e futuras do regime atestadas pelo representante legal do RPPS em caso de aplicações em fundos que apresentem prazos dilatados de carência e/ou cotização e prazos de desinvestimentos;
- Experiência na Gestão de Previdência Pública;
- Seja condicionado mediante termo específico que o pagamento de taxa de *performance* tenha: periodicidade semestral ou efetuada no ato do resgate, que seja apurada após a dedução das despesas do fundo, inclusive da taxa de administração (art. 3º, inciso VII, c, da Portaria 519/2011) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimentos do fundo e que a aplicação supere o índice de referência.

(*) - O RPPS deverá seguir as orientações quanto ao prévio credenciamento da instituição contidas no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, a saber: - inciso I – quando se tratar de gestão por entidade autorizada e credenciada; - inciso IX e parágrafo 1º na hipótese de gestão própria.

3.4 Acompanhamento e Relatórios

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/2010, da Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, da Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- Trimestralmente, o Comitê de Investimentos do **RPPS do Município de Humaitá-AM** elaborará relatórios detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- Semestralmente, o Comitê de Investimentos do **RPPS do Município de Humaitá-AM** avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados e comunicará ao Conselho de Administração dos resultados obtidos e, em caso de não atingimento da meta atuarial, serão informadas as medidas que serão tomadas para o alcance dos objetivos propostos.

3.5 Diretrizes

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis serão definidas periodicamente pelo Comitê de Investimentos e demais responsáveis pela gestão dos recursos do **RPPS do Município de Humaitá-AM**.

No que diz respeito à estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos e formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR), deverá ser observada a disciplina contida nos arts. 3º-A e 3º-B da Portaria MPS nº 519/2011.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os valores das aplicações de recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional, integrantes da carteira própria do RPPS, deverão ser marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração adequadas com os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro, de forma a refletir o seu valor real, e as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários;
- b) Os valores aplicados em cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que comprovada a aderência às obrigações do passivo do RPPS e que os respectivos regulamentos atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros:
- As carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
 - Existência de previsão de que as carteiras dos fundos de investimento sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
 - Estabelecimento de prazos de desinvestimento ou para conversão de cotas compatíveis com o vencimento das séries dos títulos integrantes de suas carteiras; e
 - Inexistência, na política de investimento do fundo de investimento, de previsão de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado.
- c) Os recursos garantidores das reservas técnicas do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Humaitá-AM** serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
- Títulos Públicos Federais;
 - Fundos de Investimentos Financeiros;
 - Fundos de Índices (ETF's)
 - Caderneta de Poupança
 - Letras Imobiliárias Garantidas.
- d) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez;
- e) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo *benchmark*. (Um benchmark (literalmente, banco de teste) é uma análise comparativa de produtos ou de serviços da concorrência, para um produto existente, ou para um setor de uma determinada atividade no quadro da concepção de um novo produto) além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos);
- f) Serão tratados de forma diferenciada os investimentos realizados em Fundos de Investimentos Fechados e ativos que possuam carência ou qualquer tipo de mecanismo que não permita o resgate dos recursos e crédito desses em conta corrente em prazo superior a 5 dias. Sendo que alocações nesses produtos deverão ser comunicadas ao Conselho de Administração de forma tempestiva e se possível antes da referida aplicação;

- g) As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR).

3.6 Gerenciamento de Riscos

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar. Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- **Risco de crédito dos ativos:** definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;
- **Risco sistêmico ou conjuntural:** decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;
- **Risco próprio:** consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- **Risco de mercado:** decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities* (*Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa mercadoria. Esta palavra é usada para descrever produtos de baixo valor agregado);
- **Risco de liquidez:** pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- **Risco legal:** pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS do Município de Humaitá-AM pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS do Município de Humaitá-AM.

4 Limites Legais (Resolução 4.604/17)

4.1 Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento, fundos de índice ou caderneta de poupança.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº. 3.922/10, alterado pela Resolução do Banco Central - BC nº: 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, a saber:

Tabela 1

RENDA FIXA						
Artigo	Inciso	Alínea	Limite de Aplicação	Tipo de Ativo	Regra específica	Limite Máx. Conjunto
7º	I	a	100%	Títulos Públicos Federais	-	100%
		b		FI Referenciados TPF – Exceto DI	15% PL FI	
		c		ETF 100% TPF – Exceto DI		
	II	-	5%	Operações Compromissadas	-	
	III	a	60%	FI Referenciados RF – Exceto DI	15% PL FI	
		b		ETF RF – Exceto DI		
	IV	a	40%	Fundos de Renda Fixa	15% PL FI	
		b		ETF Renda Fixa		
	V	-	20%	LIG – Letra Imobiliária Garantida	-	
	VI	a	15%	CDB	Limite FGC (R\$250 mil)	
		b		Poupança		
	VII	a	5%	FIDC Cota Sênior	5% PL FI	
		b	5%	FI RF Crédito Privado	5% PL FI	
		c	5%	FI Debêntures de Infraestrutura	5% PL FI	

4.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº. 3.922/10, alterado pela Resolução do Banco Central - BC nº: 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, a saber:

Tabela 2

RENDA VARIÁVEL						
Artigo	Inciso	Alínea	Limite de Aplicação	Tipo de Ativo	Regra específica	Limite Máx. Conjunto
8º	I	a	30%	FIA – Índices com mínimo de 50 ações	15% PL FI	30%
		b		ETF – Índices com mínimo de 50 ações		
	II	a	20%	FIA (Até 20% ativos no exterior)	15% PL FI	
		b		ETF Ações		
	III	-	10%	Multimercado (Até 20% ativos no exterior)	5% PL FI	
	IV	a	5%	FIP (Requisitos de governança)	5% PL FI	
		b	5%	FII (Presença em 60% dos pregões em 12m)	5% PL FI	

5 Cenário Macroeconômico⁽¹⁾

INTRODUÇÃO

O mês de outubro mostrou-se mais desafiador no âmbito dos mercados globais. O importante aumento das preocupações dos investidores quanto a uma possível aceleração do ritmo de alta dos juros pelo **FED** (o Banco Central dos EUA), juntamente com os maiores receios quanto ao crescimento global e à questão fiscal italiana, impulsionaram de modo importante a aversão ao risco global no mês, prejudicando a maior parte dos mercados (*sei/off*). Apesar disso, a agenda macro do mês manteve-se satisfatória, sobretudo nos EUA, onde o ritmo de crescimento forte e a inflação contida aparentemente devem continuar a dar suporte ao gradualismo na alta de juros no país.

Nos EUA, os dados econômicos continuaram a confirmar o bom momento da economia americana: o PIB do 3º tri/2018 avançou 3,5% (anualizado). No detalhamento, o consumo pessoal sustentou o forte ritmo do 2º tri/2018 ao avançar 4,0%, ao passo em que o investimento fixo, após 10 trimestres em campo positivo, recuou 0,3% por influência da queda de 10% do dispêndio do setor de mineração. No que tange à inflação, o CPI surpreendeu para baixo pela segunda vez consecutiva: o núcleo do índice em setembro veio em 0,12% no mês, estável no acumulado em 12 meses em 2,2%. No mercado de trabalho, o Relatório de Emprego de setembro (*payroll*) mostrou abertura de 134 mil novos postos, enquanto que os meses anteriores foram revistos para cima em mais 87 mil. Ademais, a taxa de desemprego caiu de 3,9% para 3,7% e os salários recuaram de 2,9% para 2,8% na variação anual, mas unicamente pelo efeito base.

Na Zona do Euro, a agenda desapontou novamente. As prévias dos PMIs da Markit de outubro caíram ainda mais: o PMI da manufatura passou de 53,2 para 52,1, enquanto que o dos serviços de 54,7 para 53,3.

Entre os emergentes, na China, a atividade mostrou sinais de que a desaceleração pode estar se encerrando: i) o PIB cedeu de 6,7% para 6,5%; ii) a produção da indústria caiu de 6,0% para 5,8%. Por outro lado, as vendas ao varejo e o investimento em ativos fixos passaram, respectivamente, de 9,0% para 9,2% e de 5,3% para 5,4%.

No âmbito dos BC's, a Ata do **FED** mostrou que o comitê entende que pode ser necessária a continuidade do processo de alta gradual dos juros até um ponto acima da neutralidade, sem necessidade de aceleração do ritmo atual. Na Europa, o Banco Central Europeu, embora tenha reconhecido o enfraquecimento da atividade, manteve as taxas de juros e a programação: juros no negativo até a 2ª metade de 2019 e previsão de encerramento do QE em dezembro.

No ambiente doméstico, a agenda macro mostrou estabilização/melhora na margem. Entre os dados de atividade: i) o comércio varejista sob a ótica restrita cresceu 1,3% ante julho, na série com ajuste sazonal; no conceito ampliado, o avanço foi de 4,2%; ii) o setor de serviços cresceu 1,2% em agosto, na série com ajuste sazonal; ii) o IBC-BR registrou alta de 0,47% no mesmo período; por outro lado, iv) a produção industrial caiu 0,3% em agosto na série com ajuste sazonal, repetindo o desempenho negativo observado em julho (-0,1%). No mercado de trabalho, o CAGED de setembro surpreendeu positivamente: criação de 137 mil vagas, melhor desempenho do ano até agora. Pelo lado inflacionário, o PCA-15 de outubro avançou 0,58%, levando o acumulado em 12 meses de 4,28% para 4,53%. Por fim, os indicadores de confiança (FGV) subiram majoritariamente, com destaque para o do consumidor (de 82,1 em setembro para 86,1 em outubro). No campo político, a aguardada eleição presidencial foi decidida em dois turnos e teve como presidente eleito no segundo turno para mandato a partir de 2019 o candidato Jair Bolsonaro.

O comércio varejista superou as expectativas em agosto (consenso de +0,2%) e cresceu 1,3% em relação a julho, na série com ajuste sazonal, compensando quase totalmente a queda acumulada nos últimos três meses (-1,5%). Sete das oito atividades pesquisadas apresentaram resultados positivos nas vendas, com destaque para Tecidos, vestuário e calçados (5,6%) e Combustíveis e lubrificantes (3,0%); a única atividade com taxa negativa foi Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,5%). No comércio varejista ampliado, o avanço foi de 4,2% (consenso de 2,4%), refletindo o forte crescimento das vendas de Veículos, motocicletas, parte e peças (5,4%) e Material para construção (4,6%) no mês.

Com isso, até o momento, os dados apontam para um crescimento de 0,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior; o indicador ampliado, por sua vez, traz uma variação trimestral de 2,5%. Assim, apesar do desempenho relativamente satisfatório das vendas em agosto - impulsionadas principalmente pela liberação dos recursos do PIS/Pasep e pela queda dos preços de vestuário no período mantemos nosso entendimento que o desempenho do comércio seguirá modesto no curto prazo, tendo em vista o aperto nas condições financeiras, o elevado patamar de incerteza político-econômica e o nível relativamente baixo da confiança dos consumidores.

Os dados de agosto mostraram que o varejo restrito apresentou variação mensal de 1,3%, com revisão altista para julho (de -0,5% para -0,1%) e junho (de -0,4% para -0,2%). Com isso, os dados apontam para um avanço de 0,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior. Além das categorias destacadas acima, houve elevação nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,5%), móveis e eletrodomésticos (2,0%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,9%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,7%) Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (0,6%). O varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis e materiais de construção, avançou 4,2% em agosto, alta de 2,5% na variação trimestral.

CONTAS EXTERNAS

Em setembro de 2018, as transações correntes foram superavitárias em US\$ 32 milhões, comparativamente ao saldo positivo de US\$ 423 milhões no mês correspondente de 2017. O superávit em transações correntes foi favorecido pelo saldo comercial positivo de US\$ 4,6 bilhões (ante US\$ 4,9 bilhões em setembro de 2017). O déficit em transações correntes acumulado nos doze meses encerrados em setembro situou-se em US\$ 14,5 bilhões (0,75% do PIB). O resultado da balança comercial refletiu as expansões interanuais das importações de bens, 5,3%, e das exportações, 2,0%. Em setembro, não ocorreram exportações e importações sob amparo do Repetro. No acumulado dos três primeiros trimestres deste ano, ante mesmo período de 2017, as exportações de bens cresceram 9,2% e as importações, 22,5%.

O déficit da conta de serviços atingiu US\$ 2,2 bilhões no mês e foi 22,2% menor que o resultado observado em setembro de 2017. No acumulado do ano até setembro, o déficit em serviços aumentou 1,9% relativamente ao mesmo período de 2017. Em setembro de 2018, o déficit em renda primária aumentou 21,1% na comparação interanual, atingindo US\$ 2,4 bilhões. No acumulado do ano, houve redução de 18,8% no déficit em renda primária, para US\$ 25,5 bilhões, destacando-se as expansões das receitas de juros (37,0%) e de lucros e dividendos (96,3%).

Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 7,8 bilhões em setembro, atingindo US\$ 70,8 bilhões no acumulado em doze meses, equivalentes a 3,68% do PIB. No período de janeiro a setembro de 2018, os ingressos

líquidos de IDP somaram US\$ 52,2 bilhões, volume aproximadamente igual ao observado nos nove primeiros meses de 2017. Em setembro de 2018, as saídas líquidas de investimentos em ações, fundos de investimento e títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico somaram US\$ 3,5 bilhões, mantendo a tendência de volatilidade que vem sendo observada. No acumulado em 12 meses, ocorreram saídas líquidas de US\$ 5,4 bilhões. O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 381,7 bilhões em setembro de 2018.

INFLAÇÃO

Conforme dados divulgados pelo IBGE, o PCA-15 acelerou de 0,48% (IPCA de setembro) para 0,58% em outubro, pouco acima das nossas expectativas (0,55%) e abaixo do consenso dos analistas (0,64%). Contribuíram para esse resultado a forte aceleração nos preços de Transportes (1,65%) e Alimentação e Bebidas (0,44%), que responderam por cerca de 70% do PCA-15 do mês. Evidenciando que a inflação subjacente segue contida, as medidas de núcleo continuam bem comportadas, assim como a inflação de serviços e os índices de difusão.

Os preços livres apresentaram uma alta de 0,43% ante um avanço de 0,03% na leitura anterior, assim a variação em 12 meses subiu de 2,40% para 2,60%. No que concerne aos preços administrados, foi observado avanço de 1,00% ante os 0,26% apurados na divulgação passada, com a aceleração em 12 meses passando de 9,97% para 10,39%.

Os preços dos serviços desaceleram de 0,32% da divulgação anterior para 0,22% em outubro, resultado que se refletiu no recuo da variação acumulada em doze meses de 3,34% para 3,11%. Da mesma forma, a inflação de serviços subjacente - que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica - arrefeceu para 0,17% de 0,21%, reduzindo a variação acumulada em doze meses de 3,16% para 2,96%.

No que concerne aos índices de difusão, que medem o percentual de itens em alta na cesta, o indicador geral acelerou de 52,60% para 62,02%; quando o grupo Alimentação é excluído da análise, a variação foi de 54,98% para 60,66%. Por fim, a média dos núcleos avançou na presente leitura (de 0,24% para 0,34%), com a variação em doze meses ficando estável em 3,62%, ainda bem abaixo da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (4,5%).

Pelo lado da inflação no atacado, o IGP-M desacelerou em outubro (de 1,52% para 0,89%), fundamentalmente em razão do comportamento dos preços do atacado (de 2,19% para 1,11%). A principal contribuição para o recuo do IPA (índice de Preços ao Produtor Amplo), veio do grupo Matérias-Primas Brutas cuja variação mensal passou de 3,53% para 0,11%, resultado da queda nos preços do minério de ferro (de 10,49% para -0,85%) e milho (de 5,74% para -5,47%). Concernente ao índice de preços ao consumidor (IPC), a exemplo do observado no último IPCA-15, houve aceleração dos preços em outubro (de 0,28% para 0,51%), com cinco das oito categorias acompanhadas mostrando variações maiores que as observadas em setembro.

Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IPA desacelerou de 2,19% para 1,11%, tendo o IPA agrícola apresentado variação de 0,29% (2,09% em setembro). A inflação do IPA-Industrial recuou de 2,22% para 1,38%, resultado principalmente da queda nos preços da indústria extrativa (de 7,66% para -0,68%). Por fim, os preços da Indústria de Transformação desaceleraram levemente de 1,71% para 1,58%, com destaque para a queda nos preços dos produtos químicos (de 3,75% para 1,63%) e produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (de 6,06% para 4,56%).

Por estágio de processamento, no segmento "Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis" a variação mensal passou de 0,50% para 1,15%, levando a variação acumulada em 12 meses de 2,22% para 3,06%. A variação dos preços dos "Bens de consumo duráveis" foi de 0,61%, ante 0,32%; em doze meses passou de 3,45% para 3,84%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento "materiais para a manufatura" apresentaram alta de 1,65% (1,57% em setembro), com isso a variação acumulada em doze meses subiu de 17,83% para 18,48%. Por fim, no segmento "matérias primas brutas agropecuárias" a presente leitura trouxe alta de 0,06% nos preços em outubro (ante 2,37% em setembro), acarretando em uma variação em 12 meses recuando de 17,27% para 16,35%.

A inflação ao consumidor (IPC) acelerou de 0,28% para 0,51%. Destaque para o grupo Transporte (de 0,59% para 1,06%). Das oito categorias acompanhadas, cinco mostraram avanço nos preços no mês.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro criou 137.336 empregos com carteira assinada em setembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados há pouco pelo Ministério do Trabalho. O número havia sido publicado inadvertidamente no site do Ministério durante a tarde desta segunda-feira. Esse é o melhor resultado para o mês desde setembro de 2013, quando foram gerados 211.068 empregos formais. O mês de setembro é o nono seguido com criação de empregos formais, de acordo com a série histórica com ajuste sazonal. O mês registrou o melhor desempenho do ano e ficou a frente de abril, quando a economia gerou 127.134 empregos formais - até então, o melhor resultado de 2018.

No acumulado de janeiro a setembro, o Caged registra criação de 719.089 empregos formais na série com ajuste sazonal. Nos 12 meses até setembro, o Ministério do Trabalho registra a criação de 459.217 empregos com carteira assinada.

CONTAS PÚBLICAS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 24,6 bilhões em setembro. O Governo Central e os governos regionais foram deficitários em R\$ 24,3 bilhões e R\$ 795 milhões, respectivamente, e as empresas estatais, superavitárias em R\$ 466 milhões no mês. No acumulado no ano, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 59,3 bilhões, comparativamente a déficit de R\$ 82,1 bilhões no mesmo período de 2017. No acumulado em doze meses até setembro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 87,8 bilhões (1,29% do PIB), 0,04 p.p. do PIB superior ao déficit acumulado até agosto.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$ 14,6 bilhões em setembro, comparativamente a R\$ 32 bilhões em setembro de 2017. Contribuiu para essa redução o resultado das operações de *swap* cambial (ganho de R\$ 12,8 bilhões em setembro de 2018 ante perda de R\$ 188 milhões em setembro de 2017). No acumulado em doze meses, os juros nominais atingiram R\$ 401 bilhões (5,90% do PIB), reduzindo-se em relação ao período de doze meses encerrado em setembro de 2017 (R\$ 415,1 bilhões, 6,40% do PIB). O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 39,2 bilhões em setembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 488,8 bilhões (7,20% do PIB), reduzindo-se 0,25 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado no mês anterior.

DÍVIDA PÚBLICA

A DLSP alcançou R\$ 3.543,6 bilhões (52,2% do PIB) em setembro, aumento de 1 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Contribuiu para essa evolução o efeito da valorização cambial de 3,2% no mês (aumento de 0,6 p.p. do PIB). No ano, o crescimento de 0,6 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, a incorporação de juros nominais (aumento de 4,5 p.p.), o déficit primário (aumento de 0,9 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 21% (redução de 3,1 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,8 p.p.).

A DBGG - que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais alcançou R\$ 5.246,7 bilhões em setembro, equivalente a 77,2% do PIB, reduzindo-se 0,1 p.p. do PIB no mês. No ano, a relação DBGG/PIB registra expansão de 3,2 p.p., decorrente da incorporação de juros nominais (aumento de 4,6 p.p.), do efeito da desvalorização cambial (aumento 0,9 p.p.), das emissões líquidas (aumento de 0,4 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 2,5 p.p.).

BOLSA

A Bolsa de Valores de São Paulo encerrou o mês de outubro com forte alta de 10,19%, aos 87.423 pontos. No ano, há ganhos de 14,43%, enquanto no acumulado em 12 meses há alta de 17,65%. O movimento foi na contramão da maior parte das bolsas no exterior, sobretudo as emergentes.

No exterior, houve forte aumento da percepção de risco. O aumento do receio de que o FED possa optar por um ritmo mais intenso de alta dos juros, a maior preocupação com o ritmo de crescimento da economia global, apesar da safra de dados não sugerir expressiva perda de tração, e a tensão a respeito da questão fiscal italiana foram os principais motivadores do importante *sei/off* (venda de ativos) ocorrido no mês. Por outro lado, o ambiente de liquidez internacional, a satisfatória agenda de atividade econômica americana e os sinais de manutenção do gradualismo no processo de alta dos juros nos EUA colaboraram para atenuar um movimento ainda mais forte nos mercados. Nesse ambiente, a aversão ao risco medida pelo índice VIX saltou de 12,1 para 21,2 pontos, o que fez com que as bolsas globais fechassem o mês no negativo. Nos EUA, as bolsas recuaram forte: o índice S&P 500 da Bolsa de Valores de Nova York fechou o mês com queda de 6,94%, no mesmo sentido que os mercados acionários na Europa, onde o índice Stoxx 50 caiu 3,92%. Entre os emergentes as perdas foram ainda maiores: o índice MSCI de bolsas emergentes recuou 8,78% no mês.

Internamente, as expectativas positivas em torno do resultado eleitoral foi o principal determinante para o movimento da Bovespa no mês. Apesar da forte queda das bolsas no exterior, a esperança de eleição de um governo comprometido com as reformas econômicas e com o equilíbrio fiscal impulsionaram os agentes às compras no mercado doméstico. Além disso, a melhora, na margem, da agenda de atividade macroeconômica foi favorável à percepção de melhora no ambiente de riscos. Nesse ambiente o risco Brasil apresentou importante recuo - o EMBI+Brasil caiu 76 pontos, encerrando o mês aos 261 pontos.

CÂMBIO

O Real encerrou o mês de outubro com importante valorização de 7,15% ante o dólar, a R\$3,72. No ano a moeda doméstica exibe desvalorização de 12,39%. Já no acumulado em 12 meses, as perdas são de 13,45%.

No exterior, o Dólar apresentou ganho ante às demais moedas. O ambiente de maior aversão ao risco, motivado por preocupações quanto a uma possível aceleração da alta dos juros nos EUA, temores de desaceleração do crescimento econômico em algumas regiões e em relação à questão fiscal italiana afetaram negativamente os principais mercados internacionais. Por outro lado, a agenda macro se manteve majoritariamente satisfatória, sobretudo nos EUA, e o suporte advindo da manutenção do gradualismo das políticas monetárias pelos principais BC's ajudaram a reduzir o impacto desse aumento na aversão ao risco. Nesse ambiente, a moeda americana apresentou ganhos globais - o índice DXY, que mede o comportamento do Dólar ante as principais divisas internacionais, encerrou o mês com alta de 2,10%. Já ante uma cesta de moedas emergentes, o Dólar mostrou valorização de 1,83%.

Internamente, as perspectivas favoráveis em relação ao resultado eleitoral, em que o candidato Jair Bolsonaro venceu o pleito, a melhora da agenda econômica e a forte redução no prêmio de risco compensaram a influência negativa advinda do exterior, fazendo com que o Real apresentasse expressiva valorização ao longo do mês de outubro.

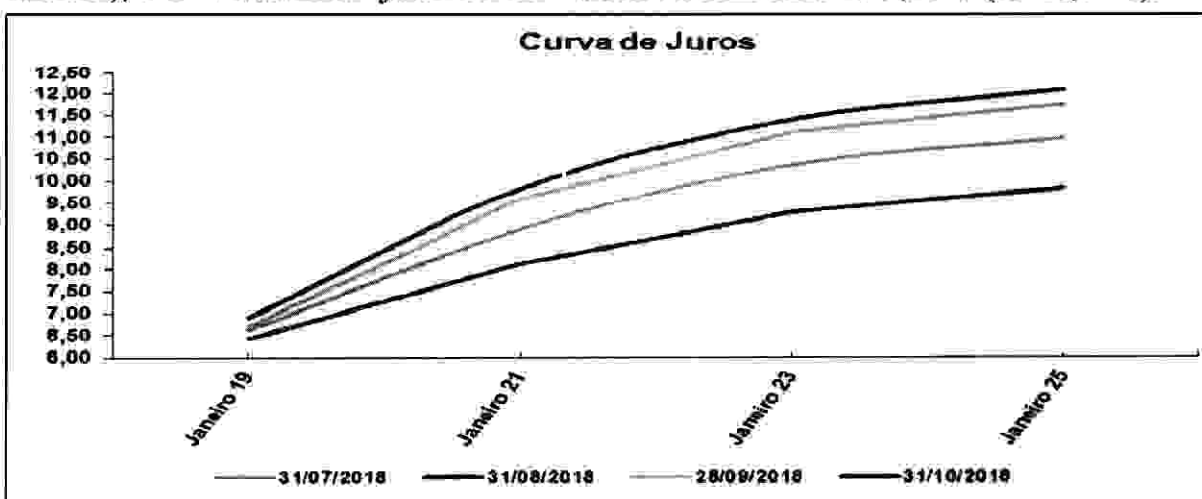
JUROS

As taxas de juros domésticas recuaram substancialmente ao longo de toda curva durante o mês de outubro. No exterior, a maior aversão ao risco fez com que os mercados globais operassem majoritariamente em queda e o dólar se valorizasse ante às demais moedas internacionais. Ativos emergentes, em especial, foram bastante prejudicados no período, o que colaborou para limitar um fechamento adicional da curva doméstica. Internamente, a expectativa de um resultado eleitoral favorável ao mercado

(Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no segundo turno) favoreceu a queda dos juros ao longo de toda a curva durante o mês, sobretudo a parte médio-longa.

No mesmo sentido, a estabilização da atividade econômica foi favorável ao movimento. Nesse ambiente, o prêmio de risco Brasil mostrou importante recuo e o Real valorizou-se ante o Dólar, impulsionando a queda da curva no mês de outubro, sobretudo na parte média-longa. Por sua vez, os contratos de curto prazo continuaram a receber suporte da manutenção da Selic em patamar historicamente baixo e dos dados de inflação doméstica bastante contidos.

Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em janeiro de 2019 encerrou o último dia do mês de com taxa de 6,43% (de 6,70% do mês anterior); o vencimento janeiro/2021 projetava 8,13% (de 9,58%); o vencimento janeiro/2023 encerrou com taxa de 9,29% (de 11,10% no último dia do mês anterior); e o vencimento janeiro/2025 encerrou com taxa de 9,85% (de 11,75%).



ESTADOS UNIDOS

Crescimento. Os dados confirmaram novamente o bom momento da economia dos EUA: o PIB do 3º tri/2018 avançou 3,5% (anualizados, ante consenso de 3,3%). Em detalhes, o consumo pessoal sustentou o forte ritmo do 2º tri/2018 ao avançar 4,0%, ao passo em que o investimento fixo, após 10 trimestres em campo positivo, recuou 0,3% por influência da queda de 10% do dispêndio do setor de mineração. Ainda nos EUA, o consumo das famílias aparentemente segue forte, apesar de algum desapontamento com as vendas ao varejo, no seu conceito ampliado, em setembro: alta de apenas 0,1% ante o esperado de 0,6%. As quedas das vendas de alimentos e dos postos de gasolina, itens mais sensíveis ao clima adverso, explicam a diferença. Já o núcleo do indicador subiu 0,5% e aponta para uma expansão real na casa de 3,0% no 3º tri/18. Por sua vez, as produções da indústria e da manufatura cresceram 0,3% e 0,2% respectivamente em setembro, encerrando o trimestre com alta projetada na casa de 3,0% (anualizado). Ademais, confirmando também a fraqueza do segmento imobiliário e em linha com a safra de dados recente, o investimento residencial foi negativo pela terceira vez: -4,0%.

Entre as pesquisas de atividade, a prévia do PMI Markit de outubro revelou fortalecimento adicional: o da indústria passou de 55,6 para 55,9 ao passo que o dos serviços caiu de 53,5 para 54,7. Por outro lado, o *survey* da manufatura do FED de Richmond caiu de 29 de setembro para 15 em outubro, talvez por consequência do furacão Michael. No campo da confiança, a do consumidor da Universidade de Michigan praticamente confirmou a prévia e manteve um patamar bastante elevado: recuo de 100,1 para 98,6 entre setembro e outubro.

Inflação. A inflação americana mensurada pelo CPI surpreendeu para baixo pela segunda vez consecutiva. O núcleo do CPI em setembro foi de 0,12% no mês, valor abaixo do esperado (0,2%), e que ocasionou a estabilidade no acumulado em 12 meses em 2,2%. Já os indicadores alternativos para a inflação subjacente reportaram sinais novamente mistos: o Median CPI avançou 0,19% no mês, mas recuou de 2,8% para 2,7% no acumulado em 12 meses; enquanto que o 16%-trimmed mean CPI ganhou 0,14% no mês e manteve-se estável em 2,2% no acumulado em 12 meses.

Juros. A Ata da última reunião do FED tornou mais evidente o entendimento do Comitê de que realmente pode ser necessário dar continuidade ao processo de alta gradual dos juros até um ponto acima do patamar entendido como o de neutralidade, sem que tal necessidade demande aceleração do gradual ritmo de normalização atual. Por sua vez, Richard Clarida, recém-nomeado vice-presidente do FED, discursou e sustentou a retórica de que a continuidade do processo de aumento gradual de juros parece o mais apropriado.

Mercado de Trabalho. O Relatório de Emprego de setembro suportou a hipótese de que o mercado de trabalho nos EUA segue aquecido. Em particular: i) abriram-se 134 mil novos postos no mês (consenso 185 mil) e é possível que o furacão Florence tenha custado algo entre 25 e 40 mil delas, enquanto que os meses anteriores foram revistos para cima em mais 87 mil; ii) nesse sentido, as médias dos últimos três e seis meses (190 mil e 203 mil respectivamente) continuaram bem acima do estimado para a manutenção da taxa de desemprego estável (100 mil); iii) a taxa de desemprego voltou a recuar, saiu de 3,9% para 3,7% (consenso 3,8%), a menor desde a década de 70; e,

por fim, iv) os salários recuaram de 2,9% para 2,8% na variação anual, mas unicamente pelo efeito base, uma vez que a expansão mensal (0,3%) foi forte o suficiente para levar as variações trimestral e semestral anualizadas para cima de 3,0%.

ZONA DO EURO

Crescimento. A 1ª prévia do PIB da Zona do Euro provocou novo desapontamento ao revelar uma desaceleração adicional ante a primeira metade do ano: a taxa de expansão trimestral anualizada passou de 1,8% para 0,6% entre o 2º tri/18 e o 3º tri/18. A despeito da pouca informação disponível na 1ª prévia, a avaliação de boa parte de analistas é de que fatores pontuais novamente afetaram a atividade econômica, particularmente na Alemanha o novo marco regulatório para a emissão de poluentes do setor automobilístico que tem limitado significativamente os negócios do setor.

No tocante à demanda interna, aparentemente, o investimento pode ter ficado estagnado com base nos pedidos de bens de capital, que recuaram algo perto de -1,0% no 3º tri/18 até agosto ante queda de -5,5% no 2º tri/18 (anualizados). Já o núcleo das vendas no varejo (proxy para o consumo) avançou 0,5% até agosto 1,6% no 1º tri/18, subindo 3,5% sugerindo que o consumo deve ter mantido um ritmo favorável.

Pelo lado da oferta, a produção industrial parece ter se recuperado no 2º tri/18, com alta de 0,3% na variação trimestral anualizada, após queda de 2,2% no 1º tri/18. Na mesma direção, a manufatura passou de uma queda de 2,7% para alta de 1,8%.

Inflação. O índice de preços ao consumidor da Zona do Euro subiu 2,2% na comparação anual de outubro, ganhando força em relação ao aumento de 2,1% observado em setembro. Apenas o núcleo do CPI do bloco, que exclui os preços de energia e de alimentos, registrou aumento de 1,1% em outubro ante igual mês do ano passado.

Juros. No tocante à política monetária, na sua reunião, o banco central europeu (BCE), embora tenha reconhecido o enfraquecimento da atividade econômica, manteve as taxas de juros e a programação: juros em terreno negativo até a 2ª metade de 2019 e a previsão de encerramento do QE em dezembro. Já a Ata referente à reunião de setembro do BCE evidenciou que os diretores da instituição seguem confiantes na manutenção da recuperação econômica apesar do recente acréscimo de riscos - e fortemente comprometidos com a sustentação de elevado grau acomodaticio da política monetária.

6 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários

6.1 Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa

Tabela 3

RENDA FIXA	Limite Resolução (%)	Alocação Atual (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx.
Títulos Públicos Federais, Art. 7º, I "a"	100%	-	-	-	-
FI Ref. TPF – Exceto DI, Art. 7º, I "b"		85,87%	0%	85%	100%
ETF 100% TPF – Exceto DI, Art. 7º, I "c"		-	-	-	-
Operações Compromissadas, Art. 7º, II	5%	-	-	-	-
FI Ref. RF – Exceto DI, Art. 7º, III "a"	60%	3,59%	0%	4%	60%

ETF RF – Exceto DI, Art. 7º, III “b”		-	-	-	-
Fundos de Renda Fixa, Art. 7º, IV “a”	40%	6,49%	0%	6%	40%
ETF Renda Fixa, Art. 7º, IV “b”		-	-	-	-
LIG – Letra Imobiliária Garantida, Art. 7º, V	20%	-	-	-	-
CDB, Art. 7º, VI “a”	15%	-	-	-	-
Poupança, Art. 7º, VI “b”		-	-	-	-
FIDC Cota Sênior, Art. 7º, VII “a”	5%	-	-	-	-
FI RF Credito Privado, Art. 7º, VII “b”	5%	-	-	-	-
FI Debentures de Infraest. Art. 7º, VII “c”	5%	-	-	-	-

6.2 Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável

Tabela 4

RENDA VARIÁVEL	Limite Resolução (%)	Alocação Atual (%)	Limites de Alocação (%)		
			Mín.	META	Máx.
FIA-Índ. c/ mín. de 50 ações, Art. 8º, I “a”	30%	-	-	-	-
ETF-Índ. c/ mín. de 50 ações, Art. 8º, I “b”		-	-	-	-
FIA (Até 20% at. no exterior), Art. 8º, II “a”	20%	-	-	-	-
ETF Ações, Art. 8º, II “b”		-	-	-	-
Multimercado (Até 20% at. ext.) Art. 8º, III	10%	4,05%	0%	5%	10%
FIP (Req. de governança) Art. 8º, IV “a”	5%	-	-	-	-
FII (Pres. 60% dos preg. 12m) Art. 8º, IV “b”	5%	-	-	-	-

7 Responsável pela Gestão de Recursos (*)

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS INVESTIMENTOS			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Renda Fixa	Raimundo Alves de Aguiar	421.771.702-49	Superintendente
Renda Variável			

OBS: O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, ser formalmente designado para a função por ato da autoridade competente, e ainda, nos RPPS que possuam patrimônio superior a R\$ 5 milhões, ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma reconhecida pelo mercado de capitais brasileiro. (Portaria MPS nº 519/2011, art. 2º e parágrafos e art. 6º e parágrafos).

8 Disposições Gerais

A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

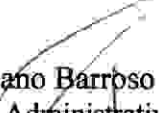
A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva. Além disso, o Gestor do RPPS deverá disponibilizar a seus segurados e pensionistas, conforme Portaria MPS nº 519/2011, e alterações:

- A política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;

- A composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- Relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

Humaitá-AM, 14 de novembro de 2018.

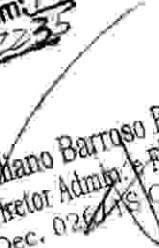

Raimundo Alves de Aguiar
Representante Legal do Ente
CPF: 421.771.702-49


Juliano Barroso Formiga
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 473.613.602-20


Jefferson Nascimento Honda
Gestor de Benefícios
CPF: 717.816.763-91


Paulo Gilberto da Cruz Moura
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 653.513.802-00

Diário Oficial do Município
Recebido em: 14/11/18
Publicado em: 15/11/18
Diário nº 2235


Juliano Barroso Formiga
Diretor Admin. e Financeiro
Dec. 026/18 Gab. Pref.

(O DPIN deverá conter as assinaturas dos responsáveis legais pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS e dos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução da política anual de investimentos do RPPS. (Portaria MPS nº 519))

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE HUMAITÁHUMAITÁPREV
POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2019Política Anual de Investimentos
2019

Sumário

1	Introdução.	3
2	Objetivos.	3
3	Da Gestão.	3
3.1	Objetivo.	4
3.2	Modelo.	4
3.3	Dos Recursos Garantidores.	4
3.4	Acompanhamento / Relatórios.	5
3.5	Diretrizes.	5
3.6	Gerenciamento de Riscos.	7
4	Limites Legais (Resolução CMN nº 3.922/2010)	8
4.1	Segmento de Renda Fixa.	8
4.2	Segmento de Renda Variável	8
5	Cenário Macroeconômico.	9
6	Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários.	16
6.1	Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa.	16
6.2	Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável	17
7	Responsável pela Gestão de Recursos.	17
8	Disposições Gerais.	17

1 Introdução

Em cumprimento ao disposto nos art. 4º da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, c/c com o art. 1º da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e considerando a publicação da Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, que altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, o RPPS do Município de Humaitá-AM apresenta sua Política Anual de Investimentos – PAI para o ano de 2019, devidamente aprovada pelos órgãos superiores de supervisão e deliberação, conforme prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/10.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política Anual de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A construção da Política Anual de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

2 Objetivos

O objetivo da Política Anual de Investimentos PAI, é estabelecer as diretrizes relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Humaitá-AM, levando-se em consideração os princípios da boa governança e legalidade, além das condições de **segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência**.

A Política Anual de Investimentos, constitui um instrumento que visa proporcionar melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável e imóveis), quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno, os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos com especial ênfase no médio e longo prazos.

3 Da Gestão

Como forma de cumprir a Política Anual de Investimentos, no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores, a Diretoria Executiva do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Humaitá-AM, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- Projeções do fluxo de caixa;
- Tendências e comportamento das taxas de juros;
- Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo;
- Níveis de exposição ao risco dos ativos;
- Boa governança e transparência nas decisões de alocação.

OBS: O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, ser formalmente designado para a função por ato da autoridade competente, e ainda, nos RPPS que possuem patrimônio superior a R\$ 5 milhões, ter sido aprovado em exame de certificação organizado

por entidade autônoma reconhecida pelo mercado de capitais brasileiro. (Portaria MPS nº 519/2011, art. 2º e parágrafos e art. 6º e parágrafos).

3.1 Objetivo

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2019, na busca da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 6% (seis por cento), acrescido da variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados e a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

3.2 Modelo

De acordo com o art. 15º da Resolução CMN 3.922/2010, o RPPS do Município de Humaitá-AM adota para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS, a gestão por entidade autorizada e credenciada, de instituição financeira nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras.

OBS.: As pessoas naturais contratadas pelas pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimento em valores mobiliários, em caráter profissional, com a finalidade de produzir recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento, deverão estar registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

3.3 Dos Recursos Garantidores

Na escolha das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, deverão ser observados os critérios e limitações estabelecidos no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, bem como o disposto na Resolução CVM nº 3922/2010 e na Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, dentre os quais:

- Prévio credenciamento da Instituição escolhida para receber as aplicações tendo esta que ser atualizada a cada 6 meses (*);
- Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
- Regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários da entidade escolhida para prestação de serviços de consultorias financeiras;
- Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil e/ou à Comissão de Valores Mobiliários que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;
- Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
- Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
- Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
- Verificação da existência de segregação de atividades (*Chinese Wall*) entre controlador e administradora de recursos de terceiros;
- Compatibilidade com obrigações presentes e futuras do regime atestadas pelo representante legal do RPPS em caso de aplicações em fundos que apresentem prazos dilatados de carência e/ou cotização e prazos de desinvestimentos;
- Experiência na Gestão de Previdência Pública;
- Seja condicionado mediante termo específico que o pagamento de taxa de *performance* tenha periodicidade semestral ou efetuada no ato do resgate, que seja apurada após a dedução das despesas do fundo, inclusive da taxa de administração (art. 3º, inciso VII, c, da Portaria 519/2011) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimentos do fundo e que a aplicação supere o índice de referência.

(*) - O RPPS deverá seguir as orientações quanto ao prévio credenciamento da instituição contidas no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, a saber: - inciso I – quando se tratar de gestão por entidade autorizada e credenciada; - inciso IX e parágrafo 1º na hipótese de gestão própria.

3.4 Acompanhamento e Relatórios

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/2010, da Resolução nº 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, da Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- Trimestralmente, o Comitê de Investimentos do RPPS do Município de Humaitá-AM elaborará relatórios detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- Semestralmente, o Comitê de Investimentos do RPPS do Município de Humaitá-AM avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados e comunicará ao Conselho de Administração dos resultados obtidos e, em caso de não atingimento da meta atuarial, serão informadas as medidas que serão tomadas para o alcance dos objetivos propostos.

3.5 Diretrizes

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis serão definidas periodicamente pelo Comitê de Investimentos e demais responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS do Município de Humaitá-AM.

No que diz respeito à estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos e formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR), deverá ser observada a disciplina contida nos arts. 3º-A e 3º-B da Portaria MPS nº 519/2011.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os valores das aplicações de recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional, integrantes da carteira própria do RPPS, deverão ser marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração adequadas com os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro, de forma a refletir o seu valor real, e as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários;
- b) Os valores aplicados em cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que comprovada a aderência às obrigações do passivo do RPPS e que os respectivos regulamentos atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros:

- As carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
 - Existência de previsão de que as carteiras dos fundos de investimento sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
 - Estabelecimento de prazos de desinvestimento ou para conversão de cotas compatíveis com o vencimento das séries dos títulos integrantes de suas carteiras; e
 - Inexistência, na política de investimento do fundo de investimento, de previsão de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado.
- c) Os recursos garantidores das reservas técnicas do **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Humaitá-AM** serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
- Títulos Públicos Federais;
 - Fundos de Investimentos Financeiros;
 - Fundos de Índices (ETF's)
 - Caderneta de Poupança
 - Letras Imobiliárias Garantidas.
- d) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez;
- e) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo *benchmark*. (Um *benchmark* (literalmente, banco de teste) é uma análise comparativa de produtos ou de serviços da concorrência, para um produto existente, ou para um setor de uma determinada atividade no quadro da concepção de um novo produto) além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos);
- f) Serão tratados de forma diferenciada os investimentos realizados em Fundos de Investimentos Fechados e ativos que possuam carência ou qualquer tipo de mecanismo que não permita o resgate dos recursos e crédito desses em conta corrente em prazo superior a 5 dias. Sendo que alocações nesses produtos deverão ser comunicadas ao Conselho de Administração de forma tempestiva e se possível antes da referida aplicação;
- g) As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR).

3.6 Gerenciamento de Riscos

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar. Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- **Risco de crédito dos ativos:** definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;
- **Risco sistêmico ou conjuntural:** decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN;
- **Risco próprio:** consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- **Risco de mercado:** decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities* (*Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de *commodity* que significa *mercadoria*. Esta palavra é usada para descrever produtos de baixo valor agregado);
- **Risco de liquidez:** pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- **Risco legal:** pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* - VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS do Município de Humaitá-AM pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas. A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS do Município de Humaitá-AM.

4 Limites Legais (Resolução 4.604/17)

4.1 Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento, fundos de índice ou caderneta de poupança.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº. 3.922/10, alterado pela Resolução do Banco Central - BC nº: 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, a saber:

Tabela 1

RENDA FIXA						
Artigo	Inciso	Alínea	Limite de Aplicação	Tipo de Ativo	Regra específica	Limite Conjunto
7º	I	a	100%	Titulos Públicos Federais	-	100%
		b		FI Referenciados TPF – Exceto DI	15% PL FI	
		c		ETF 100% TPF – Exceto DI		

II	-	5%	Operações Compromissadas	-
III	a	60%	FI Referenciados RF – Exceto DI	15% PL FI
	b		ETF RF – Exceto DI	
IV	a	40%	Fundos de Renda Fixa	15% PL FI
	b		ETF Renda Fixa	
V	-	20%	LIG – Letra Imobiliária Garantida	-
VI	a	15%	CDB	Limite FGC (R\$250 mil)
	b		Poupança	
VII	a	5%	FIDC Cota Sênior	5% PL FI
	b	5%	FI RF Crédito Privado	5% PL FI
	c	5%	FI Debentures de Infraestrutura	5% PL FI

4.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos. As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº. 3.922/10, alterado pela Resolução do Banco Central - BC nº. 4.604/17, de 19 de outubro de 2017, a saber:

Tabela 2

RENDA VARIÁVEL						
Artigo	Inciso	Alínea	Límite de Aplicação	Tipo de Ativo	Regra específica	Límite Máx. Conjunto
8º	I	a	30%	FLA – Índices com mínimo de 50 ações	15% PL FI	30%
		b		ETF – Índices com mínimo de 50 ações		
	II	a	20%	FLA (Até 20% ativos no exterior)	15% PL FI	
		b		ETF Ações		
	III	-	10%	Multimercado (Até 20% ativos no exterior)	5% PL FI	
	IV	a	5%	FIP (Requisitos de governança)	5% PL FI	
		b		FII (Presença em 50% dos pregões em 12m)	5% PL FI	

5 Cenário Macroeconômico(1)

INTRODUÇÃO

O mês de outubro mostrou-se mais desafiador no âmbito dos mercados globais. O importante aumento das preocupações dos investidores quanto a uma possível aceleração do ritmo de alta dos juros pelo FED (o Banco Central dos EUA), juntamente com os maiores receios quanto ao crescimento global e à questão fiscal italiana, impulsionaram de modo importante a aversão ao risco global no mês, prejudicando a maior parte dos mercados (*seioff*). Apesar disso, a agenda macro do mês manteve-se satisfatória, sobretudo nos EUA, onde o ritmo de crescimento forte e a inflação contida aparentemente devem continuar a dar suporte ao gradualismo na alta de juros no país.

Nos EUA, os dados econômicos continuaram a confirmar o bom momento da economia americana: o PIB do 3º tri/2018 avançou 3,5% (anualizado). No detalhamento, o consumo pessoal sustentou o forte ritmo do 2º tri/2018 ao avançar 4,0%, ao passo em que o investimento fixo, após 10 trimestres em campo positivo, recuou 0,3% por influência da queda de 10% do dispêndio do setor de mineração. No que tange à inflação, o CPI surpreendeu para baixo pela segunda vez consecutiva: o núcleo do índice em setembro veio em 0,12% no mês, estável no acumulado em 12 meses em 2,2%. No mercado de trabalho, o Relatório de Emprego de setembro (*payroll*) mostrou abertura de 134 mil novos postos, enquanto que os meses anteriores foram revistos para cima em mais 87 mil. Ademais, a taxa de desemprego caiu de 3,9% para 3,7% e os salários recuaram de 2,9% para 2,8% na variação anual, mas unicamente pelo efeito base.

Na Zona do Euro, a agenda desapontou novamente. As prévias dos PMIs da Markit de outubro caíram ainda mais: o PMI da manufatura passou de 53,2 para 52,1, enquanto que o dos serviços de 54,7 para 53,3.

Entre os emergentes, na China, a atividade mostrou sinais de que a desaceleração pode estar se encerrando: i) o PIB cedeu de 6,7% para 6,5%; ii) a produção da indústria caiu de 6,0% para 5,8%. Por outro lado, as vendas ao varejo e o investimento em ativos fixos passaram, respectivamente, de 9,0% para 9,2% e de 5,3% para 5,4%.

No âmbito dos BC's, a Ata do FED mostrou que o comitê entende que pode ser necessária a continuidade do processo de alta gradual dos juros até um ponto acima da neutralidade, sem necessidade de aceleração do ritmo atual. Na Europa, o Banco Central Europeu, embora tenha reconhecido o enfraquecimento da atividade, manteve as taxas de juros e a programação: juros no negativo até a 2ª metade de 2019 e previsão de encerramento do QE em dezembro.

No ambiente doméstico, a agenda macro mostrou estabilização/melhora na margem. Entre os dados de atividade: i) o comércio varejista sob a ótica restrita cresceu 1,3% ante julho, na série com ajuste sazonal; no conceito ampliado, o avanço foi de 4,2%; ii) o setor de serviços cresceu 1,2% em agosto, na série com ajuste sazonal; ii) o IBC-BR registrou alta de 0,47% no mesmo período; por outro lado, iv) a produção industrial caiu 0,3% em agosto na série com ajuste sazonal, repetindo o desempenho negativo observado em julho (-0,1%). No mercado de trabalho, o CAGED de setembro surpreendeu positivamente: criação de 137 mil vagas, melhor desempenho do ano até agora. Pelo lado inflacionário, o IPCA-15 de outubro avançou 0,58%, levando o acumulado em 12 meses de 4,28% para 4,53%. Por fim, os indicadores de confiança (FGV) subiram majoritariamente, com destaque para o do consumidor (de 82,1 em setembro para 86,1 em outubro). No campo político, a aguardada eleição presidencial foi decidida em dois turnos e teve como presidente eleito no segundo turno para mandato a partir de 2019 o candidato Jair Bolsonaro.

O comércio varejista superou as expectativas em agosto (consenso de +0,2%) e cresceu 1,3% em relação a julho, na série com ajuste sazonal, compensando quase totalmente a queda acumulada nos últimos três meses (-1,5%). Sete das oito atividades pesquisadas apresentaram resultados positivos nas vendas, com destaque para Tecidos, vestuário e calçados (5,6%) e Combustíveis e lubrificantes (3,0%); a única atividade com taxa negativa foi Livros, jornais, revistas e papelaria (-2,5%). No comércio varejista ampliado, o avanço foi de 4,2% (consenso de 2,4%), refletindo o forte crescimento das vendas de Veículos, motocicletas, parte e peças (5,4%) e Material para construção (4,6%) no mês.

Com isso, até o momento, os dados apontam para um crescimento de 0,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior; o indicador ampliado, por sua vez, traz uma variação trimestral de 2,5%. Assim, apesar do desempenho relativamente satisfatório das vendas em agosto - impulsionadas principalmente pela liberação dos recursos do PIS/Pasep e pela queda dos preços de vestuário no período mantemos nosso entendimento que o desempenho do comércio seguirá modesto no curto prazo, tendo em vista o aperto nas condições financeiras, o elevado patamar de incerteza político-econômica e o nível relativamente baixo da confiança dos consumidores.

Os dados de agosto mostraram que o varejo restrito apresentou variação mensal de 1,3%, com revisão altista para julho (de -0,5% para -0,1%) e junho (de -0,4% para -0,2%). Com isso, os dados apontam para um avanço de 0,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior. Além das categorias destacadas acima, houve elevação nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,5%), móveis e eletrodomésticos (2,0%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,9%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e

fumo (0,7%) Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (0,6%). O varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis e materiais de construção, avançou 4,2% em agosto, alta de 2,5% na variação trimestral.

CONTAS EXTERNAS

Em setembro de 2018, as transações correntes foram superavitárias em US\$ 32 milhões, comparativamente ao saldo positivo de US\$ 423 milhões no mês correspondente de 2017. O superávit em transações correntes foi favorecido pelo saldo comercial positivo de US\$ 4,6 bilhões (ante US\$ 4,9 bilhões em setembro de 2017). O déficit em transações correntes acumulado nos doze meses encerrados em setembro situou-se em US\$ 14,5 bilhões (0,75% do PIB). O resultado da balança comercial refletiu as expansões interanuais das importações de bens, 5,3%, e das exportações, 2,0%. Em setembro, não ocorreram exportações e importações sob amparo do Repetro. No acumulado dos três primeiros trimestres deste ano, ante mesmo período de 2017, as exportações de bens cresceram 9,2% e as importações, 22,5%.

O déficit da conta de serviços atingiu US\$ 2,2 bilhões no mês e foi 22,2% menor que o resultado observado em setembro de 2017. No acumulado do ano até setembro, o déficit em serviços aumentou 1,9% relativamente ao mesmo período de 2017. Em setembro de 2018, o déficit em renda primária aumentou 21,1% na comparação interanual, atingindo US\$ 2,4 bilhões. No acumulado do ano, houve redução de 18,8% no déficit em renda primária, para US\$ 25,5 bilhões, destacando-se as expansões das receitas de juros (37,0%) e de lucros e dividendos (96,3%).

Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 7,8 bilhões em setembro, atingindo US\$ 70,8 bilhões no acumulado em doze meses, equivalentes a 3,68% do PIB. No período de janeiro a setembro de 2018, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$ 52,2 bilhões, volume aproximadamente igual ao observado nos nove primeiros meses de 2017. Em setembro de 2018, as saídas líquidas de investimentos em ações, fundos de investimento e títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico somaram US\$ 3,5 bilhões, mantendo a tendência de volatilidade que vem sendo observada. No acumulado em 12 meses, ocorreram saídas líquidas de US\$ 5,4 bilhões. O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 381,7 bilhões em setembro de 2018.

INFLAÇÃO

Conforme dados divulgados pelo IBGE, o IPCA-15 acelerou de 0,48% (IPCA de setembro) para 0,58% em outubro, pouco acima das nossas expectativas (0,55%) e abaixo do consenso dos analistas (0,64%). Contribuíram para esse resultado a forte aceleração nos preços de Transportes (1,65%) e Alimentação e Bebidas (0,44%), que responderam por cerca de 70% do IPCA-15 do mês. Evidenciando que a inflação subjacente segue contida, as medidas de núcleo continuam bem comportadas, assim como a inflação de serviços e os índices de difusão.

Os preços livres apresentaram uma alta de 0,43% ante um avanço de 0,03% na leitura anterior, assim a variação em 12 meses subiu de 2,40% para 2,60%. No que concerne aos preços administrados, foi observado avanço de 1,00% ante os 0,26% apurados na divulgação passada, com a aceleração em 12 meses passando de 9,97% para 10,39%.

Os preços dos serviços desaceleraram de 0,32% da divulgação anterior para 0,22% em outubro, resultado que se refletiu no recuo da variação acumulada em doze meses de 3,34% para 3,11%. Da mesma forma, a inflação de serviços subjacente - que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica - arrefeceu para 0,17% de 0,21%, reduzindo a variação acumulada em doze meses de 3,16% para 2,96%.

No que concerne aos índices de difusão, que medem o percentual de itens em alta na cesta, o indicador geral acelerou de 52,60% para 62,02%, quando o grupo Alimentação é excluído da análise, a variação foi de 54,98% para 60,66%. Por fim, a média dos núcleos avançou na presente leitura (de 0,24% para 0,34%), com a variação em doze meses ficando estável em 3,62%, ainda bem abaixo da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (4,5%).

Pelo lado da inflação no atacado, o IG P-M desacelerou em outubro (de 1,52% para 0,89%), fundamentalmente em razão do comportamento dos preços do atacado (de 2,19% para 1,11%). A principal contribuição para o recuo do IPA (índice de Preços ao Produtor Amplo), veio do grupo Matérias-Primas Brutas cuja variação mensal passou de 3,53% para 0,11%, resultado da queda nos preços do minério de ferro (de 10,49% para -0,85%) e milho (de 5,74% para -5,47%). Concernente ao índice de preços ao consumidor (IPC), a exemplo do observado no último IIPCA-15, houve aceleração dos preços em outubro (de 0,28% para 0,51%), com cinco das oito categorias acompanhadas mostrando variações maiores que as observadas em setembro.

Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IIPA desacelerou de 2,19% para 1,11%, tendo o IIPA agrícola apresentado variação de 0,29% (2,09% em setembro). A inflação do IIPA Industrial recuou de 2,22% para 1,38%, resultado principalmente da queda nos preços da indústria extrativa (de 7,66% para -0,68%). Por fim, os preços da Indústria de Transformação desaceleraram levemente de 1,71% para 1,58%, com destaque para a queda nos preços dos produtos químicos (de 3,75% para 1,63%) e produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (de 6,06% para 4,56%).

Por estágio de processamento, no segmento "Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis" a variação mensal passou de 0,50% para 1,15%, levando a variação acumulada em 12 meses de 2,22% para 3,06%. A variação dos preços dos "Bens de consumo duráveis" foi de 0,61%, ante 0,32%; em doze meses passou de 3,45% para 3,84%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento "materiais para a manufatura" apresentaram alta de 1,65% (1,57% em setembro), com isso a variação acumulada em doze meses subiu de 17,83% para 18,48%. Por fim, no segmento "matérias-primas brutas agropecuárias" a presente leitura trouxe alta de 0,06% nos preços em outubro (ante 2,37% em setembro), acarretando em uma variação em 12 meses recuando de 17,27% para 16,35%.

A inflação ao consumidor (IPC) acelerou de 0,28% para 0,51%. Destaque para o grupo Transporte (de 0,59% para 1,06%). Das oito categorias acompanhadas, cinco mostraram avanço nos preços no mês.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro criou 137.336 empregos com carteira assinada em setembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados há pouco pelo Ministério do Trabalho. O número havia sido publicado inadvertidamente no site do Ministério durante a tarde desta segunda-feira. Esse é o melhor resultado para o mês desde setembro de 2013, quando foram gerados 211.068 empregos formais. O mês de setembro é o nono seguido com criação de empregos formais, de acordo com a série histórica com ajuste sazonal. O mês registrou o melhor desempenho do ano e ficou a frente de abril, quando a economia gerou 127.134 empregos formais - até então, o melhor resultado de 2018.

No acumulado de janeiro a setembro, o Caged registra criação de 719.089 empregos formais na série com ajuste sazonal. Nos 12 meses até setembro, o Ministério do Trabalho registra a criação de 459.217 empregos com carteira assinada.

CONTAS PÚBLICAS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 24,6 bilhões em setembro. O Governo Central e os governos regionais foram deficitários em R\$ 24,3 bilhões e R\$ 795 milhões, respectivamente, e as empresas estatais, superavitárias em R\$ 466 milhões no mês. No acumulado no ano, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 59,3 bilhões, comparativamente a déficit de R\$ 82,1 bilhões no

mesmo período de 2017. No acumulado em doze meses até setembro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 87,8 bilhões (1,29% do PIB), 0,04 p.p. do PIB superior ao déficit acumulado até agosto.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$ 14,6 bilhões em setembro, comparativamente a R\$ 32 bilhões em setembro de 2017. Contribuiu para essa redução o resultado das operações de *swap* cambial (ganho de R\$ 12,8 bilhões em setembro de 2018 ante perda de R\$ 188 milhões em setembro de 2017). No acumulado em doze meses, os juros nominais atingiram R\$ 401 bilhões (5,90% do PIB), reduzindo-se em relação ao período de doze meses encerrado em setembro de 2017 (R\$ 415,1 bilhões, 6,40% do PIB). O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 39,2 bilhões em setembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 488,8 bilhões (7,20% do PIB), reduzindo-se 0,25 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado no mês anterior.

DÍVIDA PÚBLICA

A DLSP alcançou R\$ 3.543,6 bilhões (52,2% do PIB) em setembro, aumento de 1 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Contribuiu para essa evolução o efeito da valorização cambial de 3,2% no mês (aumento de 0,6 p.p. do PIB). No ano, o crescimento de 0,6 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, a incorporação de juros nominais (aumento de 4,5 p.p.), o déficit primário (aumento de 0,9 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 21% (redução de 3,1 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,8 p.p.).

A DBGG - que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais alcançou R\$ 5.246,7 bilhões em setembro, equivalente a 77,2% do PIB, reduzindo-se 0,1 p.p. do PIB no mês. No ano, a relação DBGG/PIB registra expansão de 3,2 p.p. decorrente da incorporação de juros nominais (aumento de 4,6 p.p.), do efeito da desvalorização cambial (aumento 0,9 p.p.), das emissões líquidas (aumento de 0,4 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 2,5 p.p.).

BOLSA

A Bolsa de Valores de São Paulo encerrou o mês de outubro com forte alta de 10,19%, aos 87.423 pontos. No ano, há ganhos de 14,43%, enquanto no acumulado em 12 meses há alta de 17,65%. O movimento foi na contramão da maior parte das bolsas no exterior, sobretudo as emergentes. No exterior, houve forte aumento da percepção de risco. O aumento do receio de que o FED possa optar por um ritmo mais intenso de alta dos juros, a maior preocupação com o ritmo de crescimento da economia global, apesar da safra de dados não sugerir expressiva perda de tração, e a tensão a respeito da questão fiscal italiana foram os principais motivadores do importante *sei/off* (venda de ativos) ocorrido no mês. Por outro lado, o ambiente de liquidez internacional, a satisfatória agenda de atividade econômica americana e os sinais de manutenção do gradualismo no processo de alta dos juros nos EUA colaboraram para atenuar um movimento ainda mais forte nos mercados. Nesse ambiente, a aversão ao risco medida pelo índice VIX saltou de 12,1 para 21,2 pontos, o que fez com que as bolsas globais fechassem o mês no negativo. Nos EUA, as bolsas recuaram forte: o índice S&P 500 da Bolsa de Valores de Nova Iorque fechou o mês com queda de 6,94%, no mesmo sentido que os mercados acionários na Europa, onde o índice Stoxx 50 caiu 3,92%. Entre os emergentes as perdas foram ainda maiores: o índice MSCI de bolsas emergentes recuou 8,78% no mês, onde o índice Stoxx 50 caiu 3,92%. Internamente, as expectativas positivas em torno do resultado eleitoral foi o principal determinante para o movimento da Bovespa no mês. Apesar da forte queda das bolsas no exterior, a esperança de eleição de um governo comprometido com as reformas econômicas e com o equilíbrio fiscal impulsionaram os agentes às compras no mercado doméstico. Além disso, a melhora, na margem, da agenda de atividade macroeconômica foi favorável à percepção de melhora no ambiente de riscos. Nesse ambiente o risco Brasil apresentou importante recuo - o EMBI+Brasil caiu 76 pontos, encerrando o mês aos 261 pontos.

CÂMBIO

O Real encerrou o mês de outubro com importante valorização de 7,15% ante o dólar, a R\$3,72. No ano a moeda doméstica exibe desvalorização de 12,39%. Já no acumulado em 12 meses, as perdas são de 13,45%.

No exterior, o Dólar apresentou ganho ante às demais moedas. O ambiente de maior aversão ao risco, motivado por preocupações quanto a uma possível aceleração da alta dos juros nos EUA, temores de desaceleração do crescimento econômico em algumas regiões e em relação à questão fiscal italiana afetaram negativamente os principais mercados internacionais. Por outro lado, a agenda macro se manteve majoritariamente satisfatória, sobretudo nos EUA, e o suporte advindo da manutenção do gradualismo das políticas monetárias pelos principais BC's ajudaram a reduzir o impacto desse aumento na aversão ao risco. Nesse ambiente, a moeda americana apresentou ganhos globais - o índice DXY, que mede o comportamento do Dólar ante as principais divisas internacionais, encerrou o mês com alta de 2,10%. Já ante uma cesta de moedas emergentes, o Dólar mostrou valorização de 1,83%.

Internamente, as perspectivas favoráveis em relação ao resultado eleitoral, em que o candidato Jair Bolsonaro venceu o pleito, a melhora da agenda econômica e a forte redução no prêmio de risco compensaram a influência negativa advinda do exterior, fazendo com que o Real apresentasse expressiva valorização ao longo do mês de outubro.

JUROS

As taxas de juros domésticas recuaram substancialmente ao longo de toda curva durante o mês de outubro. No exterior, a maior aversão ao risco fez com que os mercados globais operassem majoritariamente em queda e o dólar se valorizasse ante às demais moedas internacionais. Ativos emergentes, em especial, foram bastante prejudicados no período, o que colaborou para limitar um fechamento adicional da curva doméstica. Internamente, a expectativa de um resultado eleitoral favorável ao mercado (Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil no segundo turno) favoreceu a queda dos juros ao longo de toda a curva durante o mês, sobretudo a parte médio longa.

No mesmo sentido, a estabilização da atividade econômica foi favorável ao movimento. Nesse ambiente, o prêmio de risco Brasil mostrou importante recuo e o Real valorizou-se ante o Dólar, impulsionando a queda da curva no mês de outubro, sobretudo na parte média-longa. Por sua vez, os contratos de curto prazo continuaram a receber suporte da manutenção da Selic em patamar historicamente baixo e dos dados de inflação doméstica bastante contidos.

Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em janeiro de 2019 encerrou o último dia do mês de com taxa de 6,43% (de 6,70% do mês anterior); o vencimento janeiro/2021 projetava 8,13% (de 9,58%); o vencimento janeiro/2023 encerrou com taxa de 9,29% (de 11,10% no último dia do mês anterior); e o vencimento janeiro/2025 encerrou com taxa de 9,85% (de 11,75%).

ESTADOS UNIDOS

Crescimento. Os dados confirmaram novamente o bom momento da economia dos EUA: o PIB do 3º tri/2018 avançou 3,5% (anualizados, ante consenso de 3,3%). Em detalhes, o consumo pessoal sustentou o forte ritmo do 2º tri/2018 ao avançar 4,0%, ao passo em que o investimento fixo, após 10 trimestres em campo positivo, recuou 0,3% por influência da queda de 10% do dispêndio do setor de mineração. Ainda nos EUA, o consumo das famílias aparentemente segue forte, apesar de algum desapontamento com as vendas ao varejo, no seu

conceito ampliado, em setembro: alta de apenas 0,1% ante o esperado de 0,6%. As quedas das vendas de alimentos e dos postos de gasolina, itens mais sensíveis ao clima adverso, explicam a diferença. Já o núcleo do indicador subiu 0,5% e aponta para uma expansão real na casa de 3,0% no 3º tri/18. Por sua vez, as produções da indústria e da manufatura cresceram 0,3% e 0,2% respectivamente em setembro, encerrando o trimestre com alta projetada na casa de 3,0% (anualizado). Ademais, confirmando também a fraqueza do segmento imobiliário e em linha com a safra de dados recente, o investimento residencial foi negativo pela terceira vez: -4,0%. Entre as pesquisas de atividade, a prévia do PMI Markit de outubro revelou fortalecimento adicional: o da indústria passou de 55,6 para 55,9 ao passo que o dos serviços caiu de 53,5 para 54,7. Por outro lado, o survey da manufatura do FED de Richmond caiu de 29 de setembro para 15 em outubro, talvez por consequência do furacão Michael. No campo da confiança, a do consumidor da Universidade de Michigan praticamente confirmou a prévia e manteve um patamar bastante elevado: recuou de 100,1 para 98,6 entre setembro e outubro.

Inflação. A inflação americana mensurada pelo CPI surpreendeu para baixo pela segunda vez consecutiva. O núcleo do CPI em setembro foi de 0,12% no mês, valor abaixo do esperado (0,2%), e que ocasionou a estabilidade no acumulado em 12 meses em 2,2%. Já os indicadores alternativos para a inflação subjacente reportaram sinais novamente mistos: o Median CPI avançou 0,19% no mês, mas recuou de 2,8% para 2,7% no acumulado em 12 meses; enquanto que o 16%-trimmed mean CPI ganhou 0,14% no mês e manteve-se estável em 2,2% no acumulado em 12 meses.

Juros. A Ata da última reunião do FED tornou mais evidente o entendimento do Comitê de que realmente pode ser necessário dar continuidade ao processo de alta gradual dos juros até um ponto acima do patamar entendido como o de neutralidade, sem que tal necessidade demande aceleração do gradual ritmo de normalização atual. Por sua vez, Richard Clarida, recém-nomeado vice-presidente do FED, discursou e sustentou a retórica de que a continuidade do processo de aumento gradual de juros parece o mais apropriado.

Mercado de Trabalho. O Relatório de Emprego de setembro suportou a hipótese de que o mercado de trabalho nos EUA segue aquecido. Em particular: i) abriram-se 134 mil novos postos no mês (consenso 185 mil) e é possível que o furacão Florence tenha custado algo entre 25 e 40 mil delas, enquanto que os meses anteriores foram revistos para cima em mais 87 mil; ii) nesse sentido, as médias dos últimos três e seis meses (190 mil e 203 mil respectivamente) continuaram bem acima do estimado para a manutenção da taxa de desemprego estável (100 mil); iii) a taxa de desemprego voltou a recuar, saiu de 3,9% para 3,7% (consenso 3,8%), a menor desde a década de 70; e, por fim, iv) os salários recuaram de 2,9% para 2,8% na variação anual, mas unicamente pelo efeito base, uma vez que a expansão mensal (0,3%) foi forte o suficiente para levar as variações trimestral e semestral anualizadas para cima de 3,0%.

ZONA DO EURO

Crescimento. A 1ª prévia do PIB da Zona do Euro provocou novo desapontamento ao revelar uma desaceleração adicional ante a primeira metade do ano: a taxa de expansão trimestral anualizada passou de 1,8% para 0,6% entre o 2º tri/18 e o 3º tri/18. A despeito da pouca informação disponível na 1ª prévia, a avaliação de boa parte de analistas é de que fatores pontuais novamente afetaram a atividade econômica, particularmente na Alemanha o novo marco regulatório para a emissão de poluentes do setor automobilístico que tem limitado significativamente os negócios do setor. No tocante à demanda interna, aparentemente, o investimento pode ter ficado estagnado com base nos pedidos de bens de capital, que recuaram algo perto de -1,0% no 3º tri/18 até agosto ante queda de -5,5% no 2º tri/18 (anualizados). Já o núcleo das vendas no varejo (proxy para o consumo) avançou 0,5% até agosto 1,6% no 1º tri/18, subindo 3,5% sugerindo que o consumo deve ter mantido um ritmo favorável. Pelo lado da oferta, a produção industrial parece ter se recuperado no 2º tri/18, com alta de 0,3% na variação trimestral anualizada, após queda de 2,2% no 1º tri/18. Na mesma direção, a manufatura passou de uma queda de 2,7% para alta de 1,8%.

Inflação. O índice de preços ao consumidor da Zona do Euro subiu 2,2% na comparação anual de outubro, ganhando força em relação ao aumento de 2,1% observado em setembro. Apenas o núcleo do CPI do bloco, que exclui os preços de energia e de alimentos, registrou aumento de 1,1% em outubro ante igual mês do ano passado.

Juros. No tocante à política monetária, na sua reunião, o banco central europeu (BCE), embora tenha reconhecido o enfraquecimento da atividade econômica, manteve as taxas de juros e a programação: juros em terreno negativo até a 2ª metade de 2019 e a previsão de encerramento do QE em dezembro. Já a Ata referente à reunião de setembro do BCE evidenciou que os diretores da instituição seguem confiantes na manutenção da recuperação econômica apesar do recente acréscimo de riscos - e fortemente comprometidos com a sustentação de elevado grau acomodatório da política monetária.

6 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários

6.1 Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa

Tabela 3

RENDA FIXA	Limite Resolução (%)	Alocação Atual (%)	Limites de Alocação (%)		
			Mín.	META.	Máx.
Titulos Públicos Federais, Art. 7º, I "a"		-	-	-	-
FI Ref. TPF - Exceto DI, Art. 7º, I "b"	100%	85,87%	0%	85%	100%
ETF 100% TPF - Exceto DI, Art. 7º, I "c"		-	-	-	-
Operações Compromissadas, Art. 7º, II	5%	-	-	-	-
FI Ref. RF - Exceto DI, Art. 7º, III "a"	60%	3,59%	0%	4%	60%
ETF RF - Exceto DI, Art. 7º, III "b"		-	-	-	-
Fundos de Renda Fixa, Art. 7º, IV "a"	40%	6,49%	0%	6%	40%
ETF Renda Fixa, Art. 7º, IV "b"		-	-	-	-
LIG - Letra Imobiliária Garantida, Art. 7º, V	20%	-	-	-	-
CDB, Art. 7º, VI "a"	15%	-	-	-	-
Poupança, Art. 7º, VI "b"		-	-	-	-
FIDC Cota Sênior, Art. 7º, VII "a"	5%	-	-	-	-
FI RF Crédito Privado, Art. 7º, VII "b"	5%	-	-	-	-
FI Debentures de Infraest. Art. 7º, VII "c"	5%	-	-	-	-

6.2 Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável

Tabela 4

RENDA VARIÁVEL	Limite Resolução (%)	Alocação Atual (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx.
FIA-Ind. c/ min. de 50 ações, Art. 8º, I "a"	30%	-	-	-	-
ETF-Ind. c/ min. de 50 ações, Art. 8º, I "b"	-	-	-	-	-
FIA (Até 20% at. no exterior), Art. 8º, II "a"	20%	-	-	-	-
ETF Ações, Art. 8º, II "b"	-	-	-	-	-
Multimercado (Até 20% at. ext.) Art. 8º, III	10%	4,05%	0%	5%	10%
FIP (Req. de governança) Art. 8º, IV "a"	5%	-	-	-	-
FII (Pres. 60% dos preg. 12m) Art. 8º, IV "b"	5%	-	-	-	-

7 Responsável pela Gestão de Recursos (*)

Administrador Responsável pelos Investimentos			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Renda Fixa	Raimundo Alves de Aguiar	421.771.702-49	Superintendente
Renda Variável			

OBS: O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, ser formalmente designado para a função por ato da autoridade competente, e ainda, nos RPPS que possuam patrimônio superior a R\$ 5 milhões, ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma reconhecida pelo mercado de capitais brasileiro. (Portaria MPS nº 519/2011, art. 2º e parágrafos e art. 6º e parágrafos).

8 Disposições Gerais

- A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.
- A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva. Além disso, o Gestor do RPPS deverá disponibilizar a seus segurados e pensionistas, conforme Portaria MPS nº 519/2011, e alterações:
- A política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
 - As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
 - A composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
 - Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
 - As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
 - Relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
 - As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

Humaitá-AM, 14 de novembro de 2018.

RAIMUNDO ALVES DE AGUIAR

Representante Legal do Ente
CPF: 421.771.702-49

JULIANO BARROSO FORMIGA

Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 473.613.602-20

JEFFERSON NASCIMENTO HONDA

Gestor de Benefícios
CPF: 717.816.763-91

PAULO GILBERTO DA CRUZ MOURA

Presidente do Conselho de Administração
CPF: 653.513.802-00

(O DPIN deverá conter as assinaturas dos responsáveis legais pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS e dos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução da política anual de investimentos do RPPS. (Portaria MPS nº 519))

Publicado por:
Raimundo Alves de Aguiar
Código Identificador: A7DCF2E8

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO – SEMPRA EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº
01/2018-SEMPRA

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018-SEMPRA, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, com dispensa de licitação, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 e Resoluções nº 59/2013 e 62/2013 do GGPAA.